

DECRETO Nº 4.944, DE 07 DE MAIO DE 2025.

Regulamenta os procedimentos a serem adotados para autorização de atividade econômica em caráter eventual e ambulante no XII Encontro Beneficente de Jipeiros, no corrente ano de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM-RJ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 78, V da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Este decreto regulamenta os procedimentos a serem adotados pela Administração Pública para a autorização do exercício da atividade econômica em caráter eventual e ambulante, prevista na Lei Municipal nº. 16, de 04 de dezembro de 1976 (Código de Postura) e Lei Complementar Municipal nº 218, de 14 de dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal), em ponto fixo, nas vias públicas no município de Bom Jardim/RJ, no XII Encontro Beneficente de Jipeiros, no corrente ano de 2025.

CAPITULOI DAS INSCRIÇÕES

- Art. 2º. As autorizações dos pontos fixos para o exercício de atividades econômicas em caráter eventual e ambulante no XII Encontro Beneficente de Jipeiros, no corrente ano de 2025, serão concedidas a pessoas físicas, maiores de 18 anos.
- Art. 3°. Serão alocados 12 (doze) pontos fixos, sendo 08 (oito) barracas e 04 (quatro) "food truck" no período do evento (06/06 a 07/06/2025), nas áreas públicas correspondentes a PRAÇA JOÃO ALMEIDA, localizada na Rua Nilo Peçanha e Rua Miguel de Carvalho, no centro do 1º Distrito de Bom Jardim/RJ, a serem dispostas pela Secretaria de Turismo, através de mapeamento, de acordo com a organização do evento.

Paragrafo Único. Havendo necessidade, verificada a possibilidade pela organização do evento, poderão ser disponibilizados mais pontos fixos.

- Art. 4º. Os interessados deverão apresentar toda documentação comprobatória, quais sejam: RG, CPF, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA e NÚMERO DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL (se houver) E NÚMERO(S) VÁLIDO(S) PARA CONTATO TELEFÔNICO (obrigatório). A não apresentação dos documentos inviabiliza a inscrição do barraqueiro para o evento solicitado.
- §1º. Visando garantir descentralização das oportunidades de renda, não será admitida mais de uma solicitação por pessoa física ou jurídica, sendo vedadas também inscrições de seus cônjuges.
- §2º. É expressamente proibida a prática de "cambismo" e repasse do ponto a terceiros após a inscrição, sendo, portanto, o ponto INTRANSFERIVEL a terceiros.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DOS PONTOS

- Art.5°. Fica designado o quantitativo de 08 (oito) pontos de barracas de tamanho 04 metros por 04 metros (totalizando 16 metros quadrados), e 04 (quatro) pontos de "food truck", carrocinha de cachorro-quente e similares.
- Art.6°. Fica designado os seguintes critérios para definição local das barracas, devendo o solicitante atender a todos os requisitos, sem exceção:

I – Documentação válida e número de contato telefônico eficaz;

II - Os solicitantes devem estar em dia com obrigações fiscais e fazendárias do Município de Bom



Jardim, fato a ser verificado pela Sec. Mun. De Fazenda;

III - Fica desde já definido o critério de SORTEIO a ser realizado na data de 14/05/2025 - Quarta-Feira, no Teatro do Galpão Cultural, localizado na Rua Luiz Correa, nº. 05 - Centro, Bom Jardim/RJ, com inicio da reunião marcado para as 18:00 horas, para determinação dos pontos a

- Art.7°. As inscrições serão realizadas nos dias 09/05/2025 e 12/05/2025, através de abertura de processo junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura de Bom Jardim/RJ, localizada no 1º Andar da Sede Municipal - Praça Gov. Roberto Silveira, nº 44, Centro de Bom Jardim/RJ, no horário de expediente normal da Prefeitura Municipal, seguindo a regra dos incisos abaixo:
- I Exclusivamente, no dia 09/05/2025, as inscrições serão abertas APENAS para munícipes bomjardinenses (residentes no município de Bom Jardim/RJ). II – No dia 12/05/2025, inscrições abertas para os demais interessados.
- §1º. Cabe ao Secretário de Turismo, Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico definir a ordem e a numeração dos pontos fixos, de acordo com o mapeamento prévio.
- §2º. A autorização apenas dará direito ao uso da área pública por meio de barracas padronizadas, durante o periodo do evento.
- §3º. A Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico divulgará, por meio de Portaria no Diário Oficial do Município de Bom Jardim, até a data de 23/05/2025 (sexta-feira) a listagem final dos inscritos e de seus respectivos PONTOS FIXOS.

CAPITULO III DA PADRONIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS

Art. 8°. A atividade só poderá ser desempenhada por meio de barracas padronizadas (tendas pirâmide) nas dimensões de 4,0m X 4,0m, de estrutura tubular metálica, que deverão possuir cobertura, saia e fechamento de cor branca.

Parágrafo Único. Não será permitida a montagem de qualquer equipamento diverso do especificado, sob pena de aplicação das sanções administrativas correspondentes.

- Art. 9°. Todo e qualquer tipo de apoio logístico ou operacional, incluindo o fornecimento de água e luz, bem como os serviços de aquisição ou locação, montagem e desmontagem dos equipamentos, será de inteira responsabilidade do titular da autorização, não cabendo ao Municipio de Bom Jardim/RJ qualquer tipo de ônus.
- Art. 10. Efetivada a inscrição, e caso seja constatado o descumprimento de requisitos fundamentais por parte do contribuinte, o fiscal de Postura e Urbanismo providenciará imediatamente o fechamento da barraca com 'fita zebrada' e consequentemente a suspensão do alvará para a festividade.

CAPITULO IV DO FLUXOGRAMA DA CONCESSÃO DO ALVARÁ

- Art. 11. O procedimento adotado pela Administração Pública Municipal para a análise e a concessão da autorização para instalação das barracas e o exercício da atividade econômica ambulante e eventual terá a seguinte ordem:
 - PROTOCOLO Distribuição;
- 2. SETOR DE CADASTRO TÉCNICO verificar se o requerente possui inscrição cadastral, pendência de dados cadastrais e de documentos e, existência de débitos;
 - 3. SECRETARIA DE FAZENDA deliberações;



4. SECRETÁRIO DE TURISMO - análise e DEFINIÇÃO quanto à disponibilização do local da barraca;

5. FISCALIZAÇÃO DE POSTURA E URBANISMO - verificar se o requerente atende às normas referentes às questões de uso e ocupação do solo, postura e urbanismo e ambientais;

6. GUARDA MUNICIPAL - verificar as questões de organização e segurança em relação às disposições das barracas e ao tráfego de veículos e pedestres, dentre outras;

7. VIGILÂNCIA SANITÁRIA - verificar se o requerente atende as exigências legais referentes às questões de saúde e higiene;

8. PREFEITO - autorizar ou não; FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – verificar se o requerente possui pendências fiscais com o Município, efetuar o lançamento, constituir o crédito tributário com a notificação do requerente;

10. SETOR DE CADASTRO TÉCNICO - cadastrar, lançar nos sistema, emitir as guias de recolhimento das taxas e emitir o cartão de alvará com as informações pertinentes;

11. TESOURARIA - aguardar pagamento e a retirada do cartão de alvará pelo interessado.

CAPITULO V DAS TAXAS:

Art. 12. O pagamento da Taxa de Autorização para o Exercício de Atividades Econômicas em Caráter Eventual ou Ambulante - TACEA, Taxa de Autorização para Ocupação do Solo, das Vias e dos Logradouros Públicos - TAOS e Taxa de Vigilância Sanitária - TVS, previstas nos art. 325, art. 332, anexos VI e VII do Código Tributário Municipal e anexo I da Lei Complementar nº, 226, de 07 de julho de 2017, deverão ser comprovados pelo solicitante via juntada no processo administrativo.

CAPITULO VI DOS DEVERES e DAS PENALIDADES

- Art. 13. As guias das TACEA, TAOS e TVS e o Cartão de autorização deverão ficar expostos permanentemente nas barracas, em local visível à população e deverão ser apresentados à fiscalização sempre que solicitados.
- Art. 14. A tabela de preços dos produtos comercializados deve estar afixada em local visível ao público, na parte frontal dentro dos limites da barraca, em tamanho máximo de 50x30cm.
- Art. 15. Todo e qualquer equipamento utilizado pelos comerciantes ambulantes deverá permanecer instalado dentro dos limites da barraca.
- Art. 16. O não cumprimento das obrigações previstas no presente decreto poderá acarretar em sanções administrativas (multas, cancelamento da autorização, suspensão imediata da atividade econômica) previstas na Lei Complementar Municipal nº. 218, de 14 de dezembro de 2016 - CTM e Lei Municipal nº, 16, de 04 de dezembro de 1976 - Código de Postura.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência às infrações prevista nas legislações indicadas no caput deste artigo, os eventuais infratores sujeitar-se-ão à apreensão de todos os equipamentos e das mercadorias.

CAPITULO VII DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE:

- Art. 17. As autorizações para o exercício do comércio durante o evento serão concedidas em caráter precário, pessoal e intransferivel, podendo ser revogadas a qualquer tempo, por motivo de interesse público, por ato devidamente fundamentado da Secretaria de Fazenda, do Secretário de Saúde (vigilância sanitária) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (postura e urbanismo).
- Art. 18. É vedado o funcionamento das barracas, nos períodos em que as vias de circulação estiverem liberadas ao tráfego de veículos.



- Art. 19. A atividade de comércio ambulante se subordina aos ditames da Lei Complementar nº 218, de 14 de dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal), da Lei Complementar nº 192, de 02 de junho de 2015 (uso e ocupação do solo), Lei Municipal nº. 16, de 04 de dezembro de 1976 (Código de Postura e Urbanismo) e demais regramentos existentes sobre vigilância sanitária e
- Art. 20. Todas as mercadorias a serem comercializadas pelo comércio ambulante autorizado durante o evento deverão respeitar o disposto pela vigilância sanitária do município, além do cumprimento das disposições abaixo:
 - I Uso de touca e luva durante todo o período de manipulação dos alimentos em geral;

II - Lixeiras dentro e fora da barraca;

III - Ponto de água para higiene das mãos e utensílios; Como rede esgoto;

IV - Funcionário exclusivo para manipulação de dinheiro (em separado dos funcionários que manipulam os alimentos);

V - Os alimentos e bebidas deverão ser servidos em recipientes descartáveis.

VI - Todos os equipamentos que estiverem em contato com alimentos devem ser devidamente higienizados;

VII - Observar a data de validade de todos os alimentos e bebidas servidos, bem como as condições de armazenamento (alimento/bebidas).

CAPÍTULO VIII DAS PROIBIÇÕES:

Art. 21. Fica vedado:

I - A utilização de churrasqueiras;

II - A sublocação, o arrendamento ou a transferência do alvará a terceiros;

III - A comercialização e/ou utilização de recipientes de vidro (garrafas, copos, etc.);

IV- A comercialização de bebidas alcoólicas destiladas;

- V A utilização de equipamentos de propagação sonora independente, tais como amplificadores, aparelhos de som, "home theaters", "DVDs", etc; A colocação de faixas, "banners", placas, tabuletas e similares em qualquer parte externa das barracas, não podendo constar também nomes ou designações do comerciante ambulante, nem publicidade diferente daquela estabelecida pelo patrocinador do evento, se houver.
- Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Fazenda, pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, pela Secretária de Saúde, pelo Secretário Municipal de Turismo, Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico, ou a quem for expressamente delegada à competência.

Art. 23. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Jardim/RJ, 07 de Maio de 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ

Prefeito de Bom Jardim/RJ

RONALDO DA SILVA DE AZEVEDO

Vice-Prefeito Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Econômico de Bom Jardim/RJ